

DE SANTIAGO A BRASÍLIA:

As relações repressivas entre a ditadura brasileira e a chilena na Operação Condor

DE SANTIAGO A BRASILIA:

Las relaciones represivas entre la dictadura brasileña y chilena en la Operación Cóndor

RAPHAEL SILVA BERNARDES¹

BEATHRYZ GALDINO ANDRIANI²

Data em que o trabalho foi recebido: **23/09/2024**

Data em que o trabalho foi aceito: **29/10/2024**

¹ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: raphabernardes82@yahoo.com

² Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: beathryz.g.a@gmail.com

DE SANTIAGO A BRASÍLIA:

As relações repressivas entre a ditadura brasileira e a chilena na Operação Condor

RESUMO

O presente artigo busca dissertar sobre as relações políticas e diplomáticas estabelecidas durante a década de 1970 entre a ditadura civil-militar brasileira e a ditadura pinochetista chilena, como também a atuação dos dois países na rede repressiva transnacional da Operação Condor. As elites latino-americanas, setores burgueses e empresariais em conjunto com o imperialismo estadunidense pretendiam, entre os anos de 1960 e 1970, aniquilar quaisquer ideologias que estivessem alinhadas com as experiências socialistas, considerando os exemplos da Revolução Cubana e da Via Chilena ao Socialismo, de Salvador Allende. Nesse contexto, a ditadura brasileira se torna uma grande aliada desse processo contrarrevolucionário, interferindo diretamente no golpe militar chileno de 1973, auxiliando na consolidação da ditadura de Augusto Pinochet, por meio do fornecimento de informações e da atuação ativa na caça aos “subversivos”. Desta forma, através de uma revisão bibliográfica sobre a Operação Condor, uma pesquisa exploratória sobre os trabalhos existentes que tratam sobre a relação de ambos os países e uma análise de documentos primários, busca-se identificar pistas sobre as conexões e trocas de informações, como também as diferentes formas de colaboração e auxílio existentes. Assim, autores como Dinges (2005), Souza (2011), Harmer (2012) e Quadrat (2022) colaboram na construção e fundamentação deste artigo, possibilitando que esse panorama existente na América Latina seja mais bem compreendido, considerando as articulações feitas entre as ditaduras internacionalmente, as especificidades de cada país, e as maneiras de se impedir o avanço dos ideais socialistas na América Latina.

Palavras-chave: Ditaduras militares. Operação Condor. Redes repressivas. Brasil. Chile.

DE SANTIAGO A BRASILIA: Las relaciones represivas entre la dictadura brasileña y chilena en la Operación Cóndor

RESUMEN

El presente artículo busca discurrir sobre las relaciones políticas y diplomáticas establecidas durante la década de 1970 entre la dictadura civil-militar brasileña y la dictadura pinochetista chilena, así como la actuación de los dos países en la red represiva transnacional de la Operación Cóndor. Las élites latinoamericanas, sectores burgueses y empresariales junto con el imperialismo norteamericano pretendían, entre los años 1960 y 1970, aniquilar cualquier ideología que estuviera alineada con las experiencias socialistas, considerando los ejemplos de la Revolución Cubana y la Vía Chilena al Socialismo, de Salvador Allende. En este contexto, la dictadura brasileña se convierte en una gran aliada de este proceso contrarrevolucionario, interfiriendo directamente en el golpe militar chileno de 1973, ayudando a la consolidación de la dictadura de Augusto Pinochet. Por medio del suministro de información y la actuación activa en la caza de los "subversivos". De esta manera, a través de una revisión bibliográfica sobre la Operación Cóndor, una investigación exploratoria sobre los trabajos existentes que tratan sobre la relación entre ambos países y un análisis de documentos primarios, Se busca identificar pistas sobre las conexiones y los intercambios de información, así como las diferentes formas de colaboración y ayuda existentes. Así, autores como Dinges (2005), Souza (2011), Harmer (2012) y Quadrat (2022) colaboran en la construcción y fundamentación de este artículo, permitiendo que este panorama existente en América Latina sea mejor comprendido, Considerando las articulaciones hechas entre las dictaduras internacionalmente, las especificidades de cada país, y las formas de impedir el avance de los ideales socialistas en América Latina.

Palabras-claves: Dictaduras militares. Operación Cóndor. Redes represivas. Brasil. Chile.

INTRODUÇÃO

Nos debates acadêmicos, põe-se em relevo a discussão por uma integração latino-americana para além dos blocos econômicos e dos acordos comerciais, mas sim, tendo em perspectiva aspectos sociais, políticos e culturais. Contudo, deve-se evidenciar que essa união já foi concretizada, porém de forma autoritária e repressiva no Cone Sul, durante a segunda metade do século XX, nos regimes civis-militares.

Como forma de combater as ameaças tidas como “subversivas” no Chile em 1975, houve uma reunião de sistematização da Operação Condor, um projeto integracionista das ditaduras latino-americanas vigentes, com o objetivo de combater, de forma coordenada e organizada, os opositores políticos e membros da sociedade civil que os contestavam. Desta forma, paulatinamente, se consolidava um terror de Estado transnacional para além das suas fronteiras geográficas, afetando diretamente não só o Brasil nas formas de repressão, tortura e desaparecimento forçado, mas sim todo o Cone Sul.

No caso específico entre Brasil e Chile, a relação das duas ditaduras — lideradas, respectivamente, por Ernesto Geisel e Augusto Pinochet — foi marcada por um estreito intercâmbio de inteligência e apoio mútuo. O golpe militar de 1973, ocorrido no Chile e que derrubou o governo democraticamente eleito de Salvador Allende, teve o respaldo da ditadura brasileira, que já havia consolidado seu controle sobre o país desde 1964. Nos anos subsequentes, ambos os países trabalharam em conjunto no contexto da Operação Condor utilizando mecanismos transnacionais de repressão para eliminar dissidentes e garantir a estabilidade de seus regimes autoritários.

Contudo, esse apoio do governo brasileiro apresenta contradições e complexidades, uma vez que na década de 1970 foi proposta a transição - pactuada pelos militares - para a democracia de forma lenta, gradual e segura. Por outro lado, a ditadura pinochetista construía suas bases repressivas de perseguição, tortura e assassinato contra aqueles tidos como “subversivos”, por meio da instalação de centros de detenção por todo o território do país ao longo de 17 anos.

METODOLOGIA, FONTES E OS ARQUIVOS

A partir de uma pesquisa exploratória sobre os trabalhos que abordam as relações entre Brasil e Chile durante os períodos ditatoriais, bem como uma revisão bibliográfica acerca da Operação Condor, esse artigo visa discorrer e verticalizar as interações entre esses dois países. Utilizando fontes primárias e outros documentos relevantes, buscou-se identificar pistas sobre as conexões e trocas de informações, como também as diferentes formas de colaboração e auxílio existentes.

Dentre as fontes primárias que tem um relevante valor histórico quando se trata das conexões entre as ditaduras, destaca-se a descoberta dos Arquivos do Terror³, em 1992, pelos paraguaios Martin Almada e José Agustin Fernandez. Na cidade de Lambaré, no Paraguai, foram encontrados, em uma delegacia, cerca de 60.000 registros documentais que relatavam as práticas repressivas da ditadura de Alfredo Stroessner e as suas relações com outros países ditatoriais (BARRETO, 2016, p. 140-141).

O descobrimento, no acervo, de um convite de Manuel Contreras, chefe da DINA (*Dirección de Inteligencia Nacional*)⁴, para a primeira reunião da Operação Condor⁵ comprovou a existência do plano, antes negado pelos países integrantes. Os Arquivos do Terror contribuíram posteriormente também, para que, em 1995, o juiz Baltazar Garzón respaldasse seu pedido de prisão contra Augusto Pinochet, ditador do Chile, por crimes de lesa-humanidade (ALMEIDA, 2012, p. 155). Em uma entrevista concedida por Martin Almada, em 2012, o advogado narra como ficou sabendo da existência da Operação Condor:

Eu lhes dizia: “Eu queria saber duas coisas: Como morreu minha esposa? E por que militares estrangeiros me torturam em meu país?”. E me disseram: “Estamos nas garras do Condor”. Disse-lhes: “O que é isto? O bicho que voa?”. “Não”, me disseram. “Pinochet e Contreras”. Assim eu me inteirei do Condor. No ventre do Condor, eu me inteirei do Condor (ALMADA, 2012, p. 157).

Através disso, nota-se que esses documentos provam as diversas violações aos direitos humanos cometidos em todo o Cone Sul, sendo de suma importância para que se

³ Atualmente esse conjunto documental está sob a guarda da Corte Suprema de Justiça Paraguaia, sendo conhecida e integrante do *Museu de la Justicia, Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos*.

⁴ Uma polícia política do regime de Augusto Pinochet que funcionou de 1974 a 1977. Tendo sido substituída pela *Central Nacional de Informaciones*, a CNI (ANTUNES, 2007, p.408).

⁵ Chamada “Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional”.

consiga comprovar efetivamente sua existência. Desta forma, desvela um quadro sistematizado de monitoramento e vigilância dos milhões de sujeitos que eram considerados “subversivos” e inimigos internos pelos regimes militares.

Além do mais, a utilização de documentos provenientes do processo de desclassificação dos arquivos do governo dos Estados Unidos foram cruciais para a concretização deste artigo, uma vez que são fontes cruciais de análise sobre as intervenções do governo norte-americano na política desses países da América Latina. Devido às ressonâncias existentes contemporaneamente no debate político, tornou-se essencial garantir certas precauções metodológicas na construção do texto, tais como:

As mais evidentes, que são generalizáveis para qualquer contexto de pesquisa histórica, consistem em evitar encaixar os acontecimentos em uma teoria ou conjunto de hipóteses pré-definido, ou, no outro extremo, perfilar longas sequências de acontecimentos desprovidas de uma análise dos processos e tendências de fundo que os animam (JOFFILY, 2018, p. 285).

Esse aspecto, destacado no trecho, remete à necessidade de uma análise cuidadosa de quais foram as posturas dos governos dos EUA no que diz respeito ao processo de desclassificação nos casos chileno e brasileiro, trazendo complexidade para as suas relações diplomáticas e políticas. A partir da prisão do general Augusto Pinochet, em Londres, em 1998, o governo estadunidense de Bill Clinton desenvolveu um projeto de disponibilizar documentos chilenos, até então secretos. Essa medida foi consequência da pressão internacional dos familiares das vítimas, das associações de desaparecidos políticos e de congressistas estadunidenses, sendo anunciada em 1999 uma revisão do acervo acerca do Chile e da ditadura pinochetista.

Ao todo, foram liberados ao público 24 mil documentos, reunindo fontes vindas do Departamento de Estado, documentos censurados obtidos a partir do *Freedom of Information Act* (FOIA), outros coletados de investigações judiciais decorrentes de processos movidos por familiares de vítimas e de desaparecidos contra perpetradores. Além desses casos, destaca-se o processo da promotoria estadunidense contra o diretor da CIA, Richard Helms, por ter mentido em audiências do Congresso estadunidense (JOFFILY, 2018, p. 279).

Já o processo de desclassificação de documentos brasileiros teve início com um apelo feito pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012, durante o mandato do presidente norte-americano Barack Obama, solicitando acesso a documentos do

Departamento de Estado, do Departamento de Defesa, da CIA, do Conselho de Segurança Nacional, da Agência para o Desenvolvimento Nacional e do FBI. Para além de uma documentação que se referisse à política externa estadunidense no Brasil, o pedido da CNV também solicitava informações referentes a repressão e a violência sofrida no período ditatorial, com ênfase em listas de vítimas, atores políticos e organismos que tiveram papel relevante na manutenção do autoritarismo, desde 1964.

Em junho de 2014, o então vice-presidente do governo dos EUA, Joe Biden, fez uma visita ao Brasil trazendo consigo 43 documentos como gesto diplomático. Somente seis meses depois foi enviada uma segunda remessa, contendo 113 documentos que foram entregues para a CNV, quando o relatório da Comissão foi apresentado a presidente Dilma Rouseff e a sociedade brasileira. Houve um terceiro lote com 538 documentos doados apenas em 2015, durante a visita da presidente brasileira aos Estados Unidos, totalizando uma quantidade de acervo equivalente ao que foi disponibilizado ao Chile e à Argentina.

Três anos após esse procedimento com o governo Obama, o historiador brasileiro Matias Spektor realizou uma pesquisa exploratória, na qual encontrou um memorando secreto assinado pelo diretor da CIA da época, William Egan Colby, para Henry Kissinger. Nele, os militares brasileiros discutiam qual deveria ser a postura com os opositores políticos, continuando com os assassinatos e as torturas aos “subversivos”, ações que eram autorizadas diretamente pelo Palácio do Planalto (SOUZA, 2019, p. 16). Muito embora o presidente Geisel tenha se comprometido com a abertura democrática, isso não o torna menos responsável pela manutenção da repressão e da violência de Estado, como apresentado no seguinte trecho:

É imprescindível não relacionar o fato de Geisel ter conferido ao Palácio do Planalto a responsabilidade de decidir sobre a vida e a morte de pessoas com a falsa impressão de que o novo presidente sentia sequer ínfimo sentimento de inquietação em relação às violações de direitos humanos (SOUZA, 2019, p. 16).

Nesse sentido, a divulgação e disponibilização desses acervos possibilitou que os historiadores elaborem pesquisas voltadas às ditaduras sobre a América Latina, em especial para as articulações diplomáticas estabelecidas entre os países nesse contexto, contribuindo, assim, para a construção de um novo olhar historiográfico que acentue e coloque em destaque aqueles que foram presos, torturados, mortos e desaparecidos

forçosamente, assim como se pretende discutir neste artigo.

GOLPES, DITADURAS E REPRESSÃO AOS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS

Durante o século XX, em um contexto de bipolaridade mundial durante a Guerra Fria, as interferências norte-americanas na geopolítica da América Latina se tornaram latentes. Tal aspecto torna-se evidente na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que se respaldava em um anticomunismo e na existência de um inimigo interno subversivo que deveria ser exterminado. Comblin (1978) demonstra como a DSN proveio dos EUA, configurando uma ideologia própria:

No entanto, é incontestável que essa doutrina vem diretamente dos Estados Unidos. É nos Estados Unidos que os oficiais dos exércitos aliados aos EUA aprendem-na. O conjunto dos cursos ministrados nas escolas militares norte-americanas são impregnados dos elementos dessa doutrina [...] Quanto ao exterior, foi certamente a Doutrina de Segurança Nacional que levou os Estados Unidos a promoverem e manterem as ditaduras militares nos Estados satélites (COMBLIN, 1978, p. 14-15).

Nesse sentido, muitos militares latino-americanos tiveram treinamento ideológico e de estratégias contrarrevolucionárias em escolas financiadas pelos EUA, como a “Escola das Américas” no Panamá (MENDES, 2013, p. 12). Vale ressaltar que esses sujeitos também se fundamentavam nas táticas e formas de tortura da “Guerra Revolucionária” francesa, aplicadas na Guerra de Libertação da Argélia e nos Movimentos de Libertação Nacional da Indochina. Estratégia essa que viria a ser aplicada de forma exaustiva no Cone Sul, como forma de coerção e repressão contra a sociedade civil, visando desestabilizar os movimentos revolucionários que projetavam um horizonte de futuro.

Alterações políticas que visassem uma reparação social, como a reforma agrária, a nacionalização de empresas privadas – principalmente as norte-americanas – e os movimentos de organizações populares foram duramente reprimidas pelos setores militares por serem mudanças que colocavam em xeque o *status quo*. Além do mais, as burguesias nacionais também se mostravam contrárias a essas rupturas e se amparavam no golpismo dos militares, uma vez que elas poderiam prejudicar seus negócios e tirar seu lugar de privilégio na sociedade:

A “ameaça comunista” tornou-se o principal fator de legitimação da imposição e exportação da DSN, doutrina de caráter saneador, que alertava os militares sobre a necessidade de interferência política para garantia de segurança interna, mediante constante vigilância dos “inimigos internos” (comunistas). Sob a bandeira do anticomunismo, a influência dos EUA se fez sentir e vários militares latino-americanos tornaram-se hostis a qualquer proposta de mudança da sociedade, reformista ou revolucionária. (PADRÓS, 2005, p. 120 *apud* SOUZA, 2011, p.162).

Nesse cenário, em 1964, no Brasil, o então presidente João Goulart (PTB) foi deposto por um golpe coordenado por agentes militares e pelos EUA, que almejavam uma ruptura no projeto nacional estatista de Jango. O governo do PTB teve como um dos marcos importantes a proposta das Reformas de Base⁶, tendo como um dos pontos principais uma ampla reforma agrária, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo (REIS, 2000, p.13). Em discurso na Central do Brasil em 1964, o então presidente assume seu compromisso com as reformas e as defende enquanto projeto de desenvolvimento:

Não, trabalhadores; sabemos muito bem que de nada vale ordenar a miséria, dar-lhe aquela aparência bem-comportada com que alguns pretendem enganar o povo. Brasileiros, a hora é das reformas de estrutura, de métodos, de estilo de trabalho e de objetivo. Já sabemos que não é mais possível progredir sem reformar; que não é mais possível admitir que essa estrutura ultrapassada possa realizar o milagre da salvação nacional para milhões de brasileiros que dá portentosa civilização industrial conhecem apenas a vida cara, os sofrimentos e as ilusões passadas. O caminho das reformas é o caminho do progresso pela paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada pelas realidades do tempo em que vivemos. (GOULART, João *apud* Agência do Senado, 1964, n.p.).

Com esse movimento reformista e de relativa organização popular, certos segmentos da sociedade civil constroem uma forte base golpista em conluio com os militares. Nesse cenário social, o General Castelo Branco assume a presidência da república a partir de um Golpe de Estado, para assim, estabilizar a situação e depois devolver o poder político aos civis. Porém, sabe-se que isso não se concretizou e que as violações aos direitos humanos e o Terror de Estado seguiram até o ano de 1985.

No mesmo período histórico, no Chile, se iniciava um dos processos

⁶ Além disso, as reformas de base previam mudanças no setor educacional, tributário, administrativo, urbano e maior controle das remessas de lucro estrangeiras (Em pronunciamento no Congresso, Jango defende reformas de base, 1961. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/03/08/pronunciamento-de-jango-defende-reformas-de-base>.

revolucionários mais singulares na América Latina com a vitória de Salvador Allende nas eleições presidenciais de 1970 o qual anunciava a possibilidade de se alcançar o socialismo por vias democráticas. Allende, com uma ampla coligação de partidos de esquerda como a Unidade Popular (UP)⁷, empreendeu a construção de um governo baseado em um tripé de políticas necessárias para romper com o capitalismo no país andino:

- a) nacionalização de riquezas básicas e estatização de parte dos meios de produção;
- b) organização de um sistema de participação dos trabalhadores; e c) estabelecimento de uma nova ordem institucional – o Estado Popular, caracterizado no programa político, aprovado em 1969, como Poder Popular (BORGES, 2013, p. 86).

Contudo, a partir de 1972, as elites nacionais, com apoio estadunidense, promovem boicotes que levam a uma crise política e econômica, contribuindo para o aumento da inflação e da diminuição do poder de compra de itens básicos por parte da população. Nesse contexto de instabilidade social, o movimento contrarrevolucionário tem seu ápice com a reação dos militares de 11 de setembro de 1973, em que se julgava necessário destituir o governo para reconstruir a legalidade e a ordem no país. Como atestado no seguinte informe pronunciado no dia do golpe:

*La gravísima crisis económica, social y moral que está destruyendo el país [...] las Fuerzas Armadas han asumido el deber moral que la Patria les impone de destituir al Gobierno que aunque inicialmente legítimo ha caído en la ilegitimidad flagrante. (BANDO N° 1 DE LA JUNTA MILITAR DE GOBIERNO E BANDO N° 5 DE LA JUNTA MILITAR DE GOBIERNO, 1973)*⁸.

Durante horas, o palácio presidencial foi bombardeado por aviões de ataque das forças armadas e pela ofensiva da infantaria. Nesse cenário, Allende assume a postura de que não irá renunciar e ir para o exílio, ficando no palácio *La Moneda*, mas, sem mais escolhas, acaba cometendo suicídio. Horas depois, é criada uma Junta Militar de Governo, em que o general Augusto Pinochet assume a presidência, assolando o país com a violência de Estado por 17 anos.

⁷ Destaca-se a atuação dos seguintes partidos e organizações nesse processo: *Partidos Comunista, Socialista, Radical y Social Demócrata, el Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU) y la Acción Popular Independiente (Programa básico de gobierno de la Unidad Popular; 1969, p. 1).*

⁸ “A gravíssima crise econômica, social e moral que está a destruir o país [...] as Forças Armadas assumiram o dever moral que a Pátria lhes impõe de destituir o Governo que, embora inicialmente legítimo, caiu em flagrante ilegitimidade. (Banda nº 1 da Junta do Governo Militar e Banda nº 5 da Junta do Governo Militar)” (Tradução nossa).

OPERAÇÃO CONDOR: ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA REPRESSÃO E EXTERMÍNIO

Em um contexto no qual o Cone Sul estava permeado pelo controle político dos militares, foi necessário criar uma articulação que integrasse esses países, visando o aperfeiçoamento das suas táticas de tortura, encarceramento e desaparecimento daqueles tidos como “subversivos”. Nota-se a incisiva participação dos EUA desde quando a UP chegou ao poder no Chile, fazendo com que as ações imperialistas retornassem para a América Latina:

Um memorando redigido por (Henry) Kissinger em 9 de novembro de 1970 assinala as mudanças na política dos Estados Unidos para o Chile depois da eleição de Salvador Allende, como também para a América Latina. O documento orienta as agências dos Estados Unidos a adotarem uma postura hostil ao governo Allende, a fim de impedir a sua consolidação no poder e a execução de políticas contrárias aos Estados Unidos. O memorando indica, ainda, que o auxílio e os investimentos norte-americanos existentes no Chile deveriam ser reduzidos e nenhum compromisso novo poderia ser empreendido. Além disso, as relações próximas deveriam ser estabelecidas e mantidas com os líderes militares em toda a América Latina para facilitar a coordenação da pressão e dos outros esforços da oposição (SOUZA, 2011, p.167).

Em 1975, o chefe da DINA, Manuel Contreras, se encontrou com o diretor adjunto da CIA (*Central Intelligence Agency*) para a construção da Operação Condor nos demais países latino-americanos, em especial: Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, juntamente com a participação do Brasil e Peru como observadores. Por meio disso, seria possível a execução de operações repressivas conjuntas, expressa na formação de equipes para viajar a qualquer parte do mundo, com o objetivo de eliminar opositores políticos ou colaboradores dos grupos de resistência de qualquer dos países membros da operação (DINGES, 2005, p. 31).

As ditaduras rompiam fronteiras geográficas e ideológicas, sendo que as leis sobre asilo político, extradição, liberdades individuais e constitucionais eram sistematicamente desrespeitadas. Viver no Cone Sul era estar em um ambiente sem refúgio seguro para os opositores desses regimes militares, uma vez que os espiões dos serviços de inteligência estavam infiltrados nas embaixadas, nos correios e telégrafos, nas empresas telefônicas, nas companhias de aviação e nos bancos estaduais (FICO, 2003, p. 175).

Compreende-se que a Operação teria se desdobrado em três fases distintas que desenvolveram progressivamente: no primeiro momento, haveria a formação de um banco de dados para cadastros dos “subversivos”, com o uso de aparelhos como telex, microfilmes e computadores; em segunda instância, a execução de ativistas de esquerda, escondidos nos seis países membros; já na terceira etapa, sustentava-se a criação de uma super organização para eliminar oponentes políticos além da América Latina, em que o assassinato do ex-ministro de Salvador Allende, Orlando Letelier, se tornou um marco:

Letelier foi a vítima mais típica – procurado antes mais por ser perigoso democrata do que violento terrorista, não trabalhava contra Pinochet em segredo, e sim nos corredores públicos do poder dos Estados Unidos e da Europa. Era isso que o assassinato de Letelier deveria se tornar: o ato singular mais notório envolvendo a aliança Condor forjada no encontro de novembro de 1975 (DINGES, 2005, p. 38).

Com a sistematização dessa rede repressiva, foi possível uma troca de prisioneiros sem registro oficial de entrada ou saída de seu país, retirando-lhes suas identidades. Pode-se destacar também, dentre essas medidas coordenadas, as táticas empregadas como:

A troca de prisioneiros, os sequestros, as perseguições internacionais, o uso do terrorismo psicológico de Estado e as torturas foram os recursos utilizados para o extermínio do inimigo e de seus aliados, onde quer que estivessem eles. Os assassinatos políticos funcionavam como uma medida definitiva contra os subversivos e para um futuro processo de abertura política (BRAGA, 2014, p.120).

Tal aspecto denota quais os métodos - de extermínio da “ameaça subversiva” que permeava o continente - utilizados para a concretização dos objetivos dos países do Condor. Dessa forma, percebe-se que foi necessário mobilizar todas as forças de inteligência e militares para destruir focos de resistência e impedir o desenvolvimento de qualquer percepção de um horizonte de futuro diferente daquele em que se vivia.

A REDE REPRESSIVA ENTRE BRASIL E CHILE: ALIANÇAS E TENSIONAMENTOS

Tradicionalmente na historiografia brasileira, havia um consenso de que o Brasil, durante sua ditadura militar, não interferia política e militarmente nos seus países vizinhos, principalmente pela diferença cultural e a barreira linguística (CRIVELARO, 2024, p. 337). Tal aspecto é posto em relevo em uma reunião entre o presidente Geisel e

o chefe de Estado estadunidense, Richard Nixon, em 1971:

*He saw how much difficulty he himself had in dealing with and understanding the Spanish American mentality and felt that it must be even more difficult for the President. He added wryly that Brazil and the United States had a similar difficulty in dealing with the Latin Americans: that is, that the Brazilians spoke Portuguese and the Americans English (NIXON, 1971, n.p.).*⁹

Por meio dessa ata percebe-se que o Brasil era visto somente como um instrumento de propagação dos interesses imperialistas estadunidenses no continente americano. Contudo, com a desclassificação dos diversos documentos oficiais, a ampliação de pesquisas e as análises sobre o papel intervencionista brasileiro na contemporaneidade, demonstram que o país atuou diretamente na política interna de diversos países da América do Sul, assim como foi no caso chileno (CRIVELARO, 2024, p. 338).

Padrós e Simões (2013) destacam que, com a vitória de Allende no pleito presidencial, a política externa brasileira assume a postura de que não toleraria que em seus vizinhos houvesse experiências revolucionárias de esquerda, estimulando a subversão e obstaculizando a expansão dos seus interesses econômicos. Nesse sentido, o governo militar de Médici conduziu uma operação militar, estratégica e financeira para derrubar a administração da UP e para colher informações sobre exilados no país, uma vez que, após 1964, cerca de 3 mil cidadãos perseguidos se refugiaram no Chile (SOUZA 2011, p. 170).

Logo após a instauração da Junta Militar de Pinochet, representantes chilenos chegaram ao Ministério de Relações Internacionais buscando uma posição afirmativa do Brasil sobre o novo governo militar, instaurado em 1973. Após algumas horas, o embaixador chileno Rolando Stein recebeu a confirmação de que a ditadura militar brasileira reconhecia a legalidade do governo pinochetista, sugerindo uma profunda aliança entre os dois países:

General Emílio Garrastazu Médici, had personally telephoned from São Paulo to issue instructions that he wanted Brazil to be the first country to do so. Stein wrote home to Santiago that this demonstrated 'profound friendship'. He also suggested

⁹ “Ele viu quanta dificuldade ele próprio tinha em lidar e compreender a mentalidade espanhola americana e sentiu que deveria ser ainda mais difícil para o Presidente. Acrescentou ironicamente que o Brasil e os Estados Unidos tinham uma dificuldade semelhante em lidar com os latino-americanos: isto é, que os brasileiros falavam português e os americanos, inglês” (Tradução nossa).

that Brazil would become a 'powerful ally' in the weeks and months ahead
(HARMER, 2012, p. 659-660).¹⁰

Essa relação de apoio se concretizou antes da formalização da Operação Condor, tendo em vista a participação de agentes brasileiros no centro de detenção Estádio Nacional, um recinto de tortura com capacidade gigantesca, que anteriormente era um estádio de futebol (*Fundación Victor Jara*, 2019, p. 20). Segundo o informe final da Comissão Valech, havia até 7000 detidos em 22 de setembro dentre os quais 200 a 300 estrangeiros de diversas nacionalidades, evidenciando a complexa rede de contato entre os países latino-americanos.

Figura 1: Relação de presos brasileiros no Estádio Nacional do Chile em 1973

BR AN, B55 IE-11.2, p. 126/127
TL N2(S) 105 - 30/REH

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR

SECRETO

CIEX nº 473 / 73

DATA: 28/SETEMBRO/1973

NATUREZA: Informe
AVALIAÇÃO: B - 1
REFERÊNCIA: -----

ANEXO: -----
DATA DA OBTENÇÃO DO INFORME: 27-28/SET/73

DIFUSÃO: SNI/AC / OIE / 2º Sec/EME / 2º Sec/EMAE
CENIMAR / 2º Sec/EMA / CISA

ÍNDICE: Chile. Brasileiros detidos.

1. Em 28 de setembro de 1973, quarenta e um brasileiros en
contravam-se detidos no recinto do Estádio Nacional do Chile, a saber:

- 1) JOSÉ CARLOS AVELINO DA SILVA;
- 2) CLAUDIO BENEDITO;
- 3) MILTON BORGES;
- 4) OTTO BROCKS LOPES;
- 5) ENIO BUCCIONI ARAUJO;
- 6) EDSON CAMPOS RODRIGUES;
- 7) JAIME WALVITZ CARDOZO;
- 8) PEDRO CHAVES DOS SANTOS;
- 9) ARTHUR JADER CUNHA NEVES;
- 10) SERGIO DAVET;
- 11) RICARDO DE AZEVEDO;
- 12) TARZAN DE CASTRO;
- 13) NIELSEN DE PAULA PIRES;
- 14) PAULO DE SOUZA;
- 15) GUIDO DE SOUZA ROCHA;
- 16) DAVID MAURICIO DIAS;
- 17) RICARDO FARAH;
- 18) VICTOR A. RODRIGUES FERNANDES;
- 19) ANTONIO PAULO FERRAZ DO NASCIMENTO;
- 20) SILVEIRO FERREIRA SOARES;
- 21) BERNARDINO FIGUEIREDO RIBEIRO;
- 22) PAULO DE TARSO;
- 23) GIANNINI ARAUJO;
- 24) ALFREDO LOPES FERREIRA;

SECRETO

Fonte: Centro de Informações do Exterior

¹⁰ “O general Emílio Garrastazu Médici telefonou pessoalmente de São Paulo para dar instruções de que queria que o Brasil fosse o primeiro país a fazer isso. Stein escreveu para casa em Santiago que isso demonstrava ‘profunda amizade’. Ele também sugeriu que o Brasil se tornaria um ‘poderoso aliado’ nas semanas e meses seguintes” (Tradução nossa).

No documento acima, é listada a quantidade de brasileiros exilados no Chile que foram detidos nesse centro de detenção nos momentos iniciais da ditadura pinochetista, havendo também relatos daqueles que sofreram torturas por militares brasileiros ou falantes de português (NETO, 2024, p. 344). Jorge Montealegre, um preso chileno, ressalta em suas memórias que pessoas de outras nacionalidades eram separadas dos chilenos e que viu um jovem negro sendo torturado e interrogado por agentes falantes de português em outra ala. O rapaz, que estava acuado e não falava na maioria das sessões, foi posto em uma cama metálica eletrificada, sendo posteriormente levado pelos militares a uma sala. O autor ressalta que apenas viu o seu rosto novamente em cartazes de desaparecidos políticos (MONTEALEGRE, 2003, p. 86).

Figura 2: Telegrama da embaixada brasileira sobre presos no Estádio Nacional do Chile

121217

EMBAIXADA EM SANTIAGO

Caráter: SECRETO

DSI/DJ/DPp/DAM-I

Índice: Brasileiros detidos no Estádio Nacional. Presença de policiais brasileiros.

Classificação: 101. (B46) (B.39) 60134 (B46) (B.39)

Número: 16/10/73

Data: 16/10/73

MINUTA DE TELEGRAMA

SUBSTITUTO

Para conhecimento de Vossa Excelência, transmito o texto de telegrama ontem recebido do Consulado Geral nessa cidade: "Comunico a Vossencia que o Vice-Cônsul Lelio Demoro acaba de regressar do Estádio Nacional - para onde se deslocou a fim de habilitar-me a responder à parte final do despte 291 - e lá topou com aproximadamente cinco policiais brasileiros que se encontravam, acompanhados pelo Sargento Deoclécio Paulo, Ordenança do Adido Militar e Aeronáutico da Embaixada do Brasil nesta Capital, que já se estavam ocupando da situação dos cidadãos brasileiros ali detidos. Entregou o Cônsul Demoro carta confidencial ao Coronel Espinoza sobre o não retorno ao Brasil dos tres citados brasileiros no referido despte. Tão logo os mesmos procedam a nova escolha de países, apressar-me-ei a transmiti-la a Vossencia. Lamento não ter comunicado a Vossencia antes tal fato que só agora chegou a meu conhecimento."

EXTERIORES

Expedido em 16, X, 73 21:35h via Bavis por CB

Minuto 16

Fonte: Embaixada brasileira em Santiago

Era de conhecimento de ambos governos a atuação de policiais brasileiros nesse centro de tortura, como no documento acima que atesta um relato sobre a presença de cinco agentes. Mesmo com essa forte atuação de agentes estrangeiros nas violações aos direitos humanos, houve denúncias de organizações internacionais sobre a atuação ativa de militares estrangeiros contra membros de seus países de origem, como as acusações feitas pela Cruz Vermelha, pela Anistia Internacional e por demais órgãos:

Entrementes, a notícia de que havia oficiais brasileiros no Estádio Nacional se alastrou, sendo denunciada, dentre outros, por Antoine Blanca, secretário de Relações Internacionais do Partido Socialista Francês, informação esta que também foi despachada para Washington, em outubro de 1973, pelo serviço de Inteligência da CIA em Santiago. A organização Anistia Internacional (AI) também recebeu denúncias da presença de repressores brasileiros no Chile, após o golpe, solicitando que lhe entregassem os compatriotas detidos pelas forças golpistas. A delegação da Anistia Internacional que visitou Santiago em novembro de 1973 foi informada da atuação de agentes brasileiros no Estádio Nacional, procurando exilados do seu país nos registros administrativos de entrada de presos políticos (PADRÓS; SIMÕES, 2013, p. 249).

Nesse sentido, cabe questionar a continuidade da intervenção brasileira no país andino: mesmo tendo contribuído para o golpe contra Allende e para a instauração da Junta Militar de Pinochet, qual foi a relação estabelecida entre o Brasil com a Operação Condor após sua formalização em 1975? Em um contexto nacional, Ernesto Geisel, visando legitimar o discurso de que haveria uma abertura política no país e a passagem do poder para um civil, se distanciava politicamente da ditadura pinochetista, diferentemente de seu antecessor, Emílio Médici, que ajudou a consolidar o Estado autoritário chileno, estabelecendo fortes bases diplomáticas com o país no recrudescimento da repressão. Na seguinte citação pode-se compreender essa mudança de postura:

As the Chilean dictatorship was launching ideological crusades against its opponents at home and abroad, the incoming regime of Ernesto Geisel (1974–1979) in Brazil turned away from fighting the Cold War. Having essentially removed any possibility of revolution in neighbouring states and ensured that there was no place left for Brazilian exiles to seek refuge in the Southern Cone, Brazil turned towards a new policy of 'responsible pragmatism,' embracing openings in Europe and Africa and diverting its attention once more away from its own region (HARMER, 2012, p. 664).¹¹

¹¹ Enquanto a ditadura chilena lançava cruzadas ideológicas contra os seus oponentes nacionais e estrangeiros, o novo regime de Ernesto Geisel (1974-1979) no Brasil abandonou a luta na Guerra Fria.

Um momento marcante dessa postura brasileira foi o desconforto causado quando o general Augusto Pinochet compareceu na cerimônia de posse do presidente Geisel em 1974, mesmo que seus anfitriões sinalizassem que ele não era bem-vindo naquele evento. O ditador chileno não se sensibilizou com o pedido do seu então aliado e compareceu ao evento, como seu primeiro compromisso internacional na condição de chefe de Estado do país andino. A Junta Militar do Chile também se mostrava descontente, visto que o anúncio da abertura lenta e gradual, causou a revolta das comunidades de informações dos militares latino-americanos que alertavam que a “ameaça comunista” ainda estava presente no país e no continente (QUADRAT, 2002, p. 180).

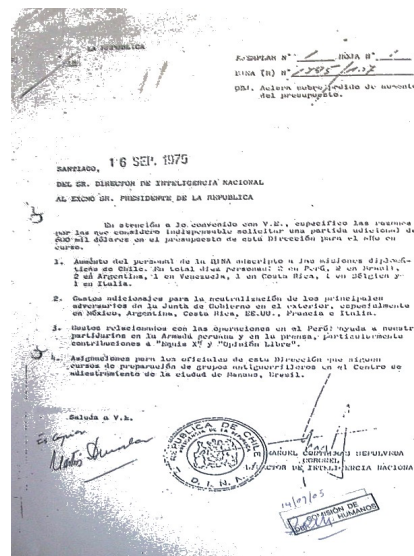
Sobre esse aspecto, é evidente que o governo brasileiro se encontrava em uma relação complexa entre manter o aparato repressivo e conseguir uma base de respaldo popular:

Um ponto que chama a atenção no caso brasileiro é o fato do país ter entrado na Operação justo no momento em que o presidente da República, Ernesto Geisel, anunciava à nação o processo de abertura política [...] Neste sentido, “para dar prosseguimento ao seu projeto de abertura, Geisel deveria exercer um controle maior sobre a comunidade de informações, devemos afastar seus líderes públicos para conseguir o respaldo popular e ao mesmo tempo manter o aparato repressivo atuante para conter a oposição”. (QUADRAT, 2002, p. 180)

Com esse posicionamento, o Brasil não enviou representantes para a reunião de formalização da Operação Condor, em Santiago, na qual em um primeiro momento, aceitou somente aportar informações. Essa atitude demonstra que sua ausência na participação da perseguição de opositores fora do continente era uma postura para limitar suas ações somente à América Latina. Além do processo da abertura democrática, essa falta de interesse na terceira fase da Operação se justifica, quando se tem em perspectiva que os grupos revolucionários já haviam sido praticamente massacrados e não existiam lideranças significativas operando no exterior (SOUZA, 2011, p. 165).

Tendo essencialmente eliminado qualquer possibilidade de revolução nos estados vizinhos e assegurado que não restasse lugar para os exilados brasileiros procurarem refúgio no Cone Sul, o Brasil voltou-se para uma nova política de “pragmatismo responsável”, abraçando aberturas na Europa e em África e desviando a sua atenção mais uma vez de sua própria região (Tradução nossa).

Figura 3: Pedido de apoio monetário para Operação Condor no Chile



Fonte: *Archivos del Terror*

Entretanto, isso não quer dizer que não se estabeleceu uma cooperação entre os demais países das Américas, e, em especial o Chile. O documento acima evidencia essa situação, a qual Manuel Contreras solicita a Pinochet apoio financeiro para aumentar o número de agentes na América Latina na embaixada chilena no Brasil¹², além da manutenção daqueles militares que se encontravam em treinamento no país e de alguns órgãos de imprensa de suma importância. Segundo consta no documento “*The Third War and South America*”, emitido pelo governo dos EUA para o Secretário de Estado Henry Kissinger em 1976, o Cone Sul estava sob risco do marxismo local e internacional, e que nesse sentido a Operação Condor era uma resposta contra a “subversão”, na qual o Brasil estava cooperando de perto com assassinatos e financiando missões externas.

CONCLUSÃO

A partir do que foi exposto, em conjunto com as análises das fontes primárias, percebe-se que as práticas de sequestro, tortura, desaparecimento forçado e assassinato foram constantemente refinadas com o passar do tempo, sendo a integração latino-americana da Operação Condor um pilar essencial desse processo. Esse período histórico

¹² No documento Contreras solicita agentes para a embaixada chilena em outros países também, como: Peru, Argentina, Venezuela, Costa Rica, Bélgica e Itália.

no qual a América Latina estava inserida se caracteriza pelo autoritarismo, repressão e perseguição daqueles que foram considerados “subversivos” e passíveis de eliminação.

A ditadura pinochetista, que perdurou por brutais 17 anos, foi responsável por torturar, exiliar, matar e fazer desaparecer milhares de cidadãos, deixando um profundo trauma na sociedade chilena, até então, irreparável. A luta dos sobreviventes e familiares de vítimas não terminou com os relatórios finais da Comissão Rettig e Comissão Valech¹³, visto que esta se pauta na busca infindável por memória, justiça, pela localização dos corpos e na eterna ausência dessas vidas roubadas por um Estado autoritário.

No plano nacional brasileiro, os militares também sequestraram, torturaram, assassinaram, desapareceram forçosamente centenas de cidadãos e enriqueceram setores da burguesia empresarial. Já o cenário de repressão internacional também foi acentuado: compactuaram com outras ditaduras no fornecimento de informações vendendo veneno para a ditadura chilena¹⁴ e favorecendo acordos comerciais e auxiliando na tortura de “subversivos” em outros países.

A relação entre esses dois países se complexifica na medida em que se nota a intensa participação brasileira no golpe chileno de 1973, nos primeiros anos e na sua consolidação posterior. Esse processo ocorreu concomitantemente ao momento em que o Brasil possuía um papel de suma importância na Operação Condor, muito embora internamente estivesse passando por um processo de transição lenta e gradual para a democracia.

Diante desse cenário, percebe-se que Chile e Brasil possuíam projetos políticos distintos – Brasil em um desenvolvimento para uma futura democracia enquanto o Chile fortalecia sua máquina de repressão –, apesar de ambos comporem a Operação Condor.

¹³ A *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* foi criada em 1990, logo no primeiro mês de pós-ditadura. Já no ano seguinte, foi anunciado seu informe final, conhecido como Informe Rettig, que visava esclarecer as violações dos direitos humanos durante os 17 anos de repressão, como também recomendações de reparação às vítimas. A partir de pressões populares e de movimentos sociais que apontavam profundas falhas da comissão, em 2003 foi estabelecida a *Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura*, conhecida como Comissão Valech, reaberta posteriormente na década de 2010. Essa última comissão ampliou a compreensão de tortura, como também reconheceu um número maior de vítimas e violados dos direitos humanos, muito embora ainda seja alvo de críticas.

¹⁴ Em março de 2024, a Agência Pública publicou uma matéria evidenciando a estreita relação da ditadura chilena com o Instituto Butantan, que chegou inclusive a produzir venenos que foram utilizados para assassinar opositores.

Entretanto, mesmo com essa instância autoritária em comum, devem ser compreendidos em um contexto latino-americano em somatório com suas singularidades, com os objetivos de seus ditadores, seus processos históricos próprios e a determinados aspectos políticos-econômicos.

Se compreende que os governos almejavam um objetivo similar, visando a manutenção de suas estruturas políticas, a aniquilação de quaisquer ideologias que remetessem ao socialismo e a eliminação de quaisquer elementos considerados “subversivos”. Essas ações coercitivas perpassaram as décadas e deixaram marcas profundas na sociedade civil, fazendo-se presentes nas lutas dos sobreviventes e os familiares de vítimas por memória, verdade e justiça.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO, 2013. Em pronunciamento no Congresso, Jango defende reformas de base. 11 dez. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/03/08/pronunciamento-de- jango-defende-reformas-de-base>. Acesso em: 05 jun. 2024.

ALMADA, Martin. Entrevista sobre a Operação Condor. Entrevistadores: Daniel Persegui, Karina Quintanilha e Rodolfo Costa Machado. In: III Congresso da ADHILAC (Asociación de Historiadores Latinoamericanos y Caribe). **Operação Condor, ontem e hoje: a descoberta do Arquivo do Terror no Paraguai. Repressão e luta pela emancipação cultural e político-econômica na América Latina.** 2020.

ANTUNES, Priscila. O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 399-417, jun/dez 2007.

ARCHIVOS DEL TERROR. **Telegrama de Manuel Contreras a Augusto Pinochet solicitando soporte.** Santiago: 1975.

Bando Nº 1: *De La Junta Militar De Gobierno*. Santiago, 13 set. 1973. El Mercurio, Santiago. Disponível em: <https://culturadigital.udp.cl/dev/index.php/coleccion/coleccion-patricio-silva/documento/el-mercurio-33/>. Acesso em: 23 ago. 2024

Bando Nº 5: *De La Junta Militar De Gobierno*. Santiago, 1973. Disponível em: . https://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0023.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.

BARBO, Sérgio. Instituto Butantan produziu veneno para ditadura chilena assassinar opositores: Documentos inéditos revelam que junta militar chilena visitou Butantan em segredo com oficiais do regime brasileiro. **Agência Pública**.2024. Disponível em:

<https://apublica.org/2024/03/instituto-butantan-produziu-veneno-para-ditadura-chilena-assassinar-opositores/>. Acesso em: 3 jun. 2024.

BARRETO, Anna Flávia. Arquivos do terror e stronismo: memória, história e luto. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 140-163, 2016.

BORGES, Elisa de Campos. O governo de Salvador Allende no Chile; Atuação dos trabalhadores e a organização de novas relações de trabalho. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, p. 85-109, ago. 2013.

BRAGA, Leonardo Marmontel. Operação Condor: A internacionalização do terror. **Estudios Avanzados**, Santiago, v. 1, n. 21, p. 111-136, 21 jun 2014.

CIA Memorandum, from CIA Deputy Director Robert Cushman to National Security Advisor Henry Kissinger, “Alleged Commitments Made by President Richard Nixon to Brazilian President Emílio Garrastazú Médici”, 29 dez. 1971.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR. **Ministério das Relações Internacionais**. Chile: brasileiros detidos. Brasília: 1973.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**: Poder militar na América latina. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. **Informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura** (Valech I), 2005, p.177. Disponível em: <https://bibliotecadigital.indh.cl/handle/123456789/455>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CRIVELARO, Deolindo. A Guerra Fria Interamericana: participação da ditadura militar brasileira no golpe contra Salvador Allende. **Campo da História**, Caruaru, v. 9, n. 1, p. 336-348, 2024.

DINGES, John. **Os anos do Condor**: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo, Cia das Letras, 2005.

EMBAIXADA BRASILEIRA NO CHILE. **Brasileiros detidos no Estádio Nacional**: presença de policiais brasileiros. Santiago: 1973.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Discurso de Jango na Central do Brasil em 1964**. EBC. 2015. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>. Acesso em: 6 jun. 2024.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.167-206.

Foreign Relations of the United States, 1969–1976. Volume XI: South America, 1969–1973. Washington: United States Government Printing Office, 2014. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76vol11p2>. Acesso em: 10 set. 2024.

Fundación Victor Jara. **Del Estadio Chile al Estadio Víctor Jara**. Un sitio de memoria para la cultura popular. 1 ed. Santiago: Ministerio de las culturas, las artes y el patrimonio, 2019.

HARMER, Tanya. Brazil's Cold War in the Southern Cone, 1970–1975. **Cold Wars History**, Londres, v. 12, n. 4. 659–681 p, mai 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14682745.2011.641953>. Acesso em: 8 set. 2024.

JOFFILY, Marina. Documentos dos EUA referentes às ditaduras do Cone Sul: desafios metodológicos. **Revista eletrônica da ANPLHAC**, v. 1, n. 25, p. 275-302, jul/dez 2018. Disponível em: <https://revista.anphlac.org/anphlac/article/view/2935/2670>. Acesso em: 22 set. 2024.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 06 - 38.

MONTEALEGRE ITURRA, Jorge. **Frazadas del Estadio Nacional**. 1 ed. Santiago de Chile: LOM, 2003.

NEVES, Ozias Paese; LIEBEL, Vinicius. Os Regimes Militares no Brasil e na América do sul: historiografia e perspectivas. **Revista eletrônica da ANPHLAC**, v. 1, n. 18, p. 56-86, jan/jul 2015. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/download/2277/2084/5336>. Acesso em: 22 set. 2024.

QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: O "Mercosul" do terror. **Estudos Ibero-Americanos**, Rio Grande do Sul, v. 27, n. 1, p. 167-182, jun 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/23793/14278>. Acesso em: 6 jun. 2024.

PADRÓS, Enrique Serra; SIMÕES, Sílvia. A ditadura brasileira e o golpe de estado chileno. **Outros tempos: Pesquisa em foco - História**, Maranhão, v. 10, n. 16, p. 229-255, 2013. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/28. Acesso em: 23 ago. 2024.

POPULAR, U. **Programa básico de gobierno de la Unidad Popular**: candidatura presidencial de Salvador Allende. *Anales de la Universidad de Chile*, [S. l.], n. 18, p. 372–420, 2021.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SOUZA, Fabiano Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Aedos**, Rio Grande do Sul, v. 3,n. 8, p. 159-176, 2011.

SOUZA, Giovanna Pereira de. **A política externa do governo Ernesto Geisel e os direitos humanos**: os Estados Unidos e as operações de inteligência (Condor e Faro). 2019. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.